



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**Avaliação do Programa de Educação Integral de Pernambuco: contribuições e desafios para a
mudança social**

Luiz Otávio de Andrade Machado

loamachado@yahoo.com.br

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

No ano de 2007, o Governo Federal lançou o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/2010, na perspectiva da Educação Integral, com a ampliação da jornada escolar, retomando a discussão e implementação da política pública de educação integral pelos outros entes federados. Em 2008, o Governo do Estado de Pernambuco lançou o Programa de Educação Integral, pela Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, criando as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), da rede pública estadual. Este programa consiste na criação de escolas com a oferta em tempo integral e semi-integral que destinam ao aluno muito mais que as aulas constantes no currículo escolar, ofertando oportunidades para que esse aluno aprenda e desenvolva novas práticas que irão apoiá-lo no planejamento e execução de seu projeto de vida. É preciso saber, no entanto, quais os efeitos que resultam da implementação de uma política pública, para quem elas são voltadas, por que foram criadas e quais as atribuições e instrumentos necessários ao governo para poder realizá-las. Acreditamos que o Programa de Educação Integral de Pernambuco propiciou mudanças que demarcam diferenças substanciais na concepção de uma nova escola para o Ensino Médio, na perspectiva de qualidade social de uma educação que esteja além da construção unilateral dos conhecimentos e aprendizagem de conteúdos, balizada por uma política pública voltada para essa modalidade de ensino. Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar a avaliação do Programa de Educação Integral de Pernambuco, nos municípios de Escada, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, com vistas a evidenciar quais foram os pontos positivos e negativos do programa e em que medida ele promoveu mudanças na realidade dos beneficiários, buscando contribuir na análise da implementação do referido programa, podendo contribuir para a reformulação e/ou afirmação da política pública educacional do estado de Pernambuco. A presente proposta de trabalho é parte de uma pesquisa em andamento no Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, entre 2016 e 2017. Os dados foram coletados através da análise de documentos oficiais do Programa. Nesse sentido, o presente trabalho intenciona contribuir com as discussões recentes na



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

área de avaliação de políticas públicas educacionais, assim como os debates em torno de mudança social e sucesso escolar, a partir de autores como Stephen Ball e Bernard Lahire.

ABSTRACT

In 2007, the Federal Government launched the More Education Program, instituted by Interministerial Ordinance No. 17/2007 and regulated by Decree 7.083 / 2010, from the perspective of Integral Education, with the extension of the school day, resuming discussion and implementation of the policy education of the other federated entities. In 2008, the Government of the State of Pernambuco launched the Integral Education Program, by Complementary Law 125, of July 10, 2008, creating the Reference Schools in Secondary Education (EREM) of the state public network. This program consists of the creation of schools with full-time and semi-integral offerings that offer the student much more than the constant classes in the school curriculum, offering opportunities for this student to learn and develop new practices that will support him in the planning and execution of your life project. However, it is necessary to know the effects of the implementation of a public policy, to whom they are addressed, why they were created, and what powers and instruments are necessary for the government to carry them out. We believe that the Integral Education Program of Pernambuco has brought about changes that demarcate substantial differences in the conception of a new school for High School, in the perspective of social quality of an education that is beyond the unilateral construction of knowledge and learning of contents, public policy focused on this type of teaching. The purpose of this study is to present the evaluation of the Integral Education Program of Pernambuco, in the municipalities of Escada, Ipojuca and Cabo de Santo Agostinho, in order to highlight the positive and negative aspects of the program and to what extent it promoted changes in the reality of the beneficiaries, seeking to contribute to the analysis of the implementation of said program, and may contribute to the reformulation and / or affirmation of the educational public policy of the state of Pernambuco. The present work proposal is part of an ongoing research in the Masters in Public Policies of the Federal University of



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Pernambuco between 2016 and 2017. Data were collected through the analysis of official documents of the Program. In this sense, the present work intends to contribute with the recent discussions in the area of evaluation of public educational policies, as well as the debates around social change and school success, from authors such as Stephen Ball and Bernard Lahire.

Palavras chaves

Educação Integral; Avaliação de Políticas; Mudança Social.

Palabras Claves

Educación Integral; Evaluación de Políticas; Cambio Social.

Keywords

Integral Education; Evaluation of Policies; Social change.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

A educação, direito universal, é uma das mais importantes políticas públicas sociais, garantida pela Constituição Federal de 1988 como dever do Estado, da família e de toda a sociedade; sendo também uma das balizadoras de desenvolvimento das nações. Entretanto, nem sempre foi assim, se tomarmos como parâmetro a legislação, perceberemos que a educação foi introduzida pela primeira vez na Constituição Federal de 1934, por exemplo, porém ela deveria ser ministrada pela família, atribuindo a União a responsabilidade de ofertar apenas o ensino primário gratuitamente, ou seja, não consistia em política pública prioritária. Este abandono da educação é traçado nas Constituições Federais de 1937, 1946 e de 1967. O Estado não possuía o dever formal de garantir uma educação de qualidade e sistemática, focado no desenvolvimento integral do ser e da sociedade.

Foi necessário elaborar um novo pacto entre o Estado e Sociedade, capaz de responder as demandas dos mais diversos segmentos por garantia de direitos humanos e sociais. Após isso, a educação passa a ser encarada como ferramenta fundamental para o desenvolvimento humano, incorporando as dimensões integradas como as competências intelectuais, afetivas e éticas, que permite desenvolver o biopsicossocial e as mudanças ao meio em que se vive.

Para garantir um pleno desenvolvimento integral do ser, vem se discutindo e sendo implementado no decorrer da história da educação, ações e atividades para além da sala de aula, voltadas para o despertar das habilidades individuais e coletivas, a educação integral.

Quanto a educação integral, ela não é um tema novo, já foi utilizada em vários momentos do contorno da educação no Brasil. Se fizermos um recorte histórico da educação integral no Brasil, pode-se dizer que ela se inicia com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, que trazia a máxima “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação”. Na visão dos “Pioneiros”, a educação ultrapassaria as fronteiras da sala de aula.

Já na década de 1950-60 surge as Escolas Parques de Anísio Teixeira, os Centros Integrados de Educação Públicas – CIEPS, idealizados por Darcy Ribeiro, que foram reformulados na década de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1990 e renomeados como Centros Integrados de Atendimentos a Criança – CIACS e os Centros de Atenção Integral a Criança – CAICS.

Mais recentemente, em 2007, o Governo Federal lançou o Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/2010, na perspectiva da Educação Integra com a ampliação da jornada escolar, retomando a discussão e implementação da política pública de educação integral pelos outros entes federados.

No ano de 2008, o Governo do Estado de Pernambuco, lançou o Programa de Educação Integral, pela Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, foram criadas as Escolas de Referência em Ensino Médio – EREM, da rede pública estadual, esse programa consiste na criação de escolas com a oferta em tempo integral e semi-integral que destinam ao aluno muito mais que as aulas que constam no currículo escolar, mas também oportunidades para esse aluno aprender e desenvolver práticas que irão apoiá-lo no planejamento e execução do seu *projeto de vida*. Não apenas o desenho curricular dessas escolas é diferenciado, mas principalmente a sua metodologia e acompanhamento.

Diante desse contexto, faz-se o seguinte questionamento: o Programa de Educação Integral de Pernambuco, propiciou mudanças que demarcaram diferenças substanciais na concepção de uma nova escola para o Ensino Médio, visando à qualidade social, em uma educação que esteja além da construção unilateral dos conhecimentos e aprendizagem dos conteúdos, balizada por uma Política Pública voltada para essa modalidade de ensino?

O objetivo geral foi Analisar a implementação do Programa de Educação Integral do Governo do Estado de Pernambuco e para que esta meta fosse alcançada seguimos por estes indicadores: Indicar as mudanças ocorridas no direcionamento da gestão escolar; Avaliar o Plano Político Pedagógico das escolas da rede pública estadual na perspectiva da educação integral; dentificar as potencialidades e fragilidades do Programa.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceitual

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p.02)

A intervenção do Estado, na sociedade, dá-se por meio de suas políticas públicas, buscando atender preferencialmente algumas necessidades, tais como as das áreas dos direitos sociais – alimentação, saúde, educação, moradia e segurança. As políticas públicas podem ser nacionais, regionais, estaduais e municipais (CASTRO, 2005, p. 04), e são mecanismos por meio dos quais acontece o relacionamento entre o Estado e a sociedade.

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social (TEIXEIRA, 2002, p.03).

O Estado faz uso de suas instituições para executar as políticas públicas, visando atender um rol de anseios e demandas que surgem a partir das diversas situações e transformações por que passa a sociedade (CASTRO, 2005, p. 05). Essas intervenções governamentais dizem respeito à busca de solução dos problemas relativos ao desenvolvimento social, político, econômico, cultural e ambiental, por meio de programas e projetos que são aplicados pelas instituições que participam, inclusive, de suas elaborações.

Para Costa, Carneiro e Veiga (1997, p. 03), a implementação dos programas de políticas públicas está exposta à ação de uma série de fatores organizacionais que também têm influência decisiva



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sobre os resultados, devendo existir um empenho do governo em suas políticas aplicadas. Há um grau de incerteza sobre os resultados dos programas públicos, em torno de se saber quantas pessoas serão beneficiadas. Por isso é necessário um planejamento global das tarefas, qualificação dos recursos humanos, estruturas físicas adequadas e compromisso entre as instituições participantes, garantindo melhor atendimento ao público atingido pelas ações públicas.

Quanto a Educação Integral, esta envolve uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais, esteve presente nas propostas de diferentes correntes políticas, na trajetória histórica do nosso país e necessita de ações de diferentes atores para que aconteça. Entre eles, a família tem papel indispensável para o desenvolvimento da criança e do adolescente. No documento Manifesto dos Pioneiros de 1932, se refere a integralidade da educação, como um “caráter biológico”:

(...) deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social (pag. 4).

A construção de ações, programas e políticas públicas com base na educação integral veio das demandas dos movimentos sociais. A partir da década de 1990, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), o Brasil passou a compreender no seu desenho e modelagem de ações, programas e políticas, a educação integral como resposta às muitas vulnerabilidades das crianças e adolescentes e ao aprimoramento contínuo da qualidade da aprendizagem.

Pra exemplificar esse desenho sobre a educação integral, no ECA no seu artigo terceiro diz:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O programa do Governo Federal Mais Educação, criado em 2007, avalizou o avanço da educação integral na agenda pública; deu fôlego às mais tímidas para que ousassem apostar em sua expansão



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

e ampliar o atendimento. Muitas secretarias de Educação começaram a encampar o Programa mesmo quando já tinham políticas de educação integrais próprias.

Programas de outras políticas públicas como, por exemplo, os de cultura, esporte, assim como iniciativas de organizações da sociedade civil, na oferta de ações socioeducativas estão sendo integradas ao projeto da escola ou do município no desenvolvimento da educação integral. (TENDÊNCIA PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL) A educação é um direito principal e universal, e é dever do Estado implementar políticas públicas que são as ferramentas para que se torne capaz de garantir sua qualidade social, bem como o acesso e permanência de todos.

A consolidação da educação integral enquanto política pública apresenta-se como tendência confirmada pelas iniciativas presentes em todas as esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e nas diversas regiões do país. O Estado de Pernambuco lança em 2008 o Programa de Educação Integral, através da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, onde seu objetivo o “desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco”. É preciso saber, no entanto, quais os efeitos que resultam da aplicação de uma política pública, para quem elas são voltadas, por que foram criadas e quais as atribuições e instrumentos necessários ao governo para poder realizá-las. Nestes pontos deve-se atenção sobre os processos de constituição de uma política. As políticas públicas sociais apresentam características específicas que devem ser observadas desde seu planejamento, implementação e avaliação. Essas características podem acarretar acertos e fracassos.

Esse processo faz com que ocorra, nas políticas e nos programas sociais, turbulências e pluralidade de atores envolvidos. O trabalho em parceria na execução dos programas sociais pode gerar confronto de ideias, e a busca conjunta de soluções viabiliza a democratização na tomada de decisões e na gestão quanto aos rumos das políticas públicas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Quanto aos aspectos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender o que dizem os autores em relação ao tema analisado, implementação de Políticas Públicas e Educação Integral, complementada por uma pesquisa documental sobre a Política Pública para Educação Integral no Estado de Pernambuco, a fim de compreender como os documentos legais a definem.

Para fundamentar essa análise, tomamos por base os pressupostos teóricos de Anísio Teixeira (1962, 1994, 1997); Darcy Ribeiro (1995, 1986, 2009); Paulo Freire (1996, 2001, 2006,2009). O levantamento e a análise bibliográfica também incluíram alguns artigos que analisam o Programa de Modernização da Gestão Pública do Governo do Estado de Pernambuco, quanto à educação de qualidade, como: Dourado; Oliveira e Santos (2007, 2009); Pedro Demo (1994, 2001); Ana Cavaliere (2002, 2007); Ball (1998, 2001, 2004); Ball e Bowe (2001), quanto às políticas educacionais.

IV. Análises e discussão de dados

Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa de fonte e secundária. Como fonte secundária, tivemos os seguintes documentos: O Programa de Educação Integral das Escolas de Referências, Lei Complementar 125 de 2008; Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e nos Parâmetros Nacionais Curriculares, Constituições Federais Brasileira de 1937, 1946, 1967 e 1988. Esse processo foi introduzido dentro da discussão de autores que traçaram o perfil da educação Brasileira, dentro da sua historia da evolução, não só jurídica, mas na discussão da qualidade do ensino de modo geral, tais como: estrutura física, quantidade de vagas ofertadas, controle de evasão, qualidade profissional, necessidades dos alunos, etc.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusão

Ao analisar os resultados da pesquisa, com foco nos documentos, artigos e bibliografias, verificou-se que na implementação da Política Pública de Educação Integral as instituições educacionais seguiram as principais orientações da política. Entretanto, faz-se necessário equacionar as dificuldades encontradas na implementação, quer seja no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, das Gerências Regionais ou das próprias escolas.

O objetivo precípua foi identificar aspectos de contribuição do Programa de Educação Integral para a qualidade da educação e tomamos como norte os postulados de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e mudança social e sucesso escolar, a partir de autores como Stephen Ball e Bernard Lahire.

Diante das análises realizadas a partir dos documentos, podemos pontuar algumas considerações. Lembrando que a avaliação como um processo contínuo e que as adequações devem ser sugeridas, analisadas e, se possível, modificadas de acordo com os contextos e realidades atuais.

O grande desafio é superar a ideia de apenas mais tempo de escola e não perder de vista a necessidade de tornar esse tempo útil, nem somente preenchê-lo com uma série de atividades desconectadas e, portanto, meramente mecânicas. A Escola de Tempo Integral, em seu tempo e espaços adequados, tem a intencionalidade de articular hábitos, valores, conhecimentos para o exercício da cidadania. Entretanto, tempo e espaço implicam em custos e nem sempre a despesa é considerada como investimento.

Um bom investimento é sempre aquele de qualidade, então é necessária uma política que se contraponha à essência liberal, da relação custo-benefício. Criticamente, é imprescindível que se pense no humano como ponto de partida para qualquer estabelecimento de política pública.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9394/96, de 20 dez. 1996 Brasília, DF, p. 1. Disponível em: . Acesso em: 02 out 2012

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores 1959. Fernando de Azevedo... [et al.], Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>, acesso em 17 mar. 2015.

CASTRO, M. H. G. Avaliação de programas e políticas sociais. Cadernos de Pesquisa nº 12. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 1989.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? In: Educação e Sociedade, Campinas, vol.23, n.81, p.247-270, dez.2002

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Exclusão social e políticas públicas: algumas reflexões a partir das experiências descritas no programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. Vol 28, 2003. Disponível em: <http://www.inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica?CAD%2028.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos e Contextos**, nº 04, ano IV, p. 1-15, dez, 2005. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/993/773>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

CASTRO, Edna Ramos de. **Políticas públicas e desenvolvimento regional**. Belém: UFPA, 2005. (Apostila). Disponível em: <http://www.unifap.br/ppgdapp/biblioteca/politica_pub.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2007.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MORGAN, D.(1997).*Focus group as qualitative research*. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications.

PERNAMBUCO. Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.asp?tipoNorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=&url>> Acesso em: 16 mar. 2015.

SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011

TEIXEIRA, Elenaldo Celso, **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**, Revista AATR-BA. Programa Políticas Públicas: módulo 1. Salvador: 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em 13 mar. 2015.

TENDÊNCIA PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL. -- São Paulo : Fundação Itaú Social – CENPEC, 2011.

VEIGA, L. & Gondim, S.M.G. (2001). A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*. 2 (1), 1-15 09